CORREIO
SERRANO

ARQUIVO CORREIO SERRANO



Além disso, foram apontadas diversas pendências referentes ao TAC

MP cobra de Teresópolis provas de cumprimento de acordo

O Ministério Público apontou que a Prefeitura de Teresópolis vem adotando apenas medidas formais e preparatórias, sem comprovar na prática o cumprimento de compromissos assumidos para regularizar a gestão pública e a área da Saúde do município. Em manifestação apresentada à Justiça, o órgão destacou que o município ainda não apresentou os relatórios conclusivos de auditoria sobre dois contratos da Saúde (nº 020.012.2025 e nº 021.012.2025), além de não demonstrar o controle efetivo sobre descontos e sobre o ponto e a escala dos trabalhadores. Além disso, foram apontadas diversas pendências referentes ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº 001/2026), como contratações irregulares e acúmulo de cargos, falta de comprovação do cancelamento de contratos com trabalhadores autônomos para funções permanentes e da exoneração de servidores em situação de acúmulo ilegal de cargos.

Outras ausências apresentadas pelo MPRJ

Outros pontos apresentados pelo MPRJ, foram a ausência da totalidade das portarias de exoneração por nepotismo e falta de alerta formal sobre crime de falsidade ideológica nas declarações prestadas. Além da falta de publicação completa de contratos da Saúde, salários e lista de agentes no Portal da Transparência, sem documentos que comprovem a escolaridade e qualificação para ocupação de cargos de confiança. E também a ausência de comprovação de avisos internos proibindo desvio de função.

DIVULGAÇÃO/MPRJ



Procuradoria-Geral do Município foi intimada pela Jutiça

Município deve responder em até 30 dias

Diante das falhas apontadas, a Justiça determinou a intimação da Procuradoria-Geral do Município de Teresópolis para que, no prazo de 30 dias, responda ponto a ponto às observações feitas pelo Ministério Público. Um deles é que comprove de forma definitiva o cumprimento integral de todas as obrigações pendentes do TAC nº 001/2026 e da Recomendação Conjunta nº 01/2026; Apresente todas as portarias de exoneração relativas ao combate ao nepotismo no município.

O TAC estabelecia uma série de medidas

O acordo mencionado tratava de uma homologação da 1ª Vara do Trabalho de Teresópolis, realizada em maio deste ano, para reorganização administrativa do município. O acordo, segundo a Justiça do Trabalho (TRT-RJ), foi formalizado em audiência conduzida pela juíza do Trabalho Cissa de Almeida Biasoli, titular da 1ª Vara do Trabalho de Teresópolis. o TAC estabelecia uma série de medidas voltadas a reformas na estrutura municipal.

Educação I

A Plenária Final da VIII Conferência Municipal de Educação de Nova Friburgo (VIII COMENF) foi realizada no último sábado, 7 de novembro, no Teatro Municipal Laércio Ventura. O encontro teve como tema central "O Novo PME na Perspectiva do Direito Constitucional à Educação" e marcou uma etapa fundamental no processo de construção do novo Plano.

Educação II

O documento será o principal instrumento de planejamento da política educacional do município para a próxima década, estabelecendo metas, diretrizes, estratégias e ações para orientar o desenvolvimento da educação em Nova Friburgo. Mais do que uma exigência formal, o PME constitui uma ferramenta essencial de planejamento e gestão democrática.

Educação III

A história das Conferências Municipais de Educação de Nova Friburgo começou no início dos anos 2000, com a mobilização e o debate em torno da construção de uma política educacional para o município. Esse processo culminou na realização da primeira Conferência Municipal de Educação, em 2003, e, posteriormente, na aprovação do primeiro Plano.

Educação IV

Em 2008 e 2012, foram realizadas a segunda e a terceira conferências, dando continuidade ao acompanhamento, à avaliação e à atualização das metas e estratégias do Plano. Em 2015, a quarta edição resultou na construção do segundo Plano Municipal de Educação, para o decênio 2015–2025, instituído pela Lei Municipal nº 4.395/2015.

Educação V

Na sequência, a quinta, a sexta e a sétima conferências fortaleceram o processo de monitoramento e avaliação da implementação do Plano, com destaque para a VII COMENF, que também contribuiu para a construção de um diagnóstico da realidade educacional do município ao final do decênio.

Pavimentação

A Prefeitura de Três Rios segue avançando com os serviços de pavimentação das ruas do entorno da GAP 3. Após a conclusão das obras de implantação das galerias de águas pluviais, as equipes estão concentradas nas etapas de recomposição do solo e pavimentação definitiva das vias. Na Praça São Sebastião, o asfalto definitivo já foi aplicado.

GABRIEL TOLEDO/CM



Prefeitura terá prazo de cinco dias para esclarecer o caso

Quilombo da Tapera afirma que transporte escolar foi retomado

Serviço retornou após ofício do MPF ser encaminhado à Prefeitura

Por **Leandra Lima**

O transporte escolar que atende o Quilombo da Tapera, em Petrópolis, foi retomado nesta quarta-feira (11), segundo representantes da comunidade. A retomada ocorre após o território acionar o Ministério Público Federal (MPF) para cobrar providências da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação. De acordo com Adão Casciano, liderança quilombola, os órgãos foram notificados e terão prazo de cinco dias para prestar esclarecimentos sobre a situação.

Os representantes do Quilombo solicitaram ao MPF o restabelecimento dos serviços de transporte escolar e coletivo que atendem a comunidade. O ônibus escolar 4x4 que fazia o trajeto está fora de operação há bastante tempo. Por conta disso, as crianças do território e das redondezas vinham sendo atendidas por uma van terceirizada. No entanto, no dia 2 de novembro, as famílias foram surpreendidas por um comunicado da direção da escola informando que, a partir do dia seguinte, não haveria transporte para os alunos devido ao atraso no pagamento dos motoristas.

"Essa situação absurda permanece até hoje. Nós, pais e responsáveis, estamos nos desdobrando para que nossos filhos não percam aulas e não sejam ainda mais prejudicados, especialmente nesta reta final do ano letivo", pontuou Denise André Barbosa, uma das líderes do território.

A situação também é agravada pela falta de transporte público como alternativa. Segundo a comunidade, a extensão da linha 710, solicitada há tempos, continua sem funcionar, mesmo após a realização de testes operacionais.

"A precariedade atinge a todos. Na segunda-feira (09), meu filho Douglas precisou aguardar mais de uma hora pelo ônibus da linha 705, que é a única frota a atender nosso território e atualmente conta com apenas um único veículo circulando. Trata-se de um verdadeiro descaso. Se não tivéssemos um transporte particular para resgatá-lo, após essa longa espera ele ainda teria que caminhar 7 km a pé para chegar em casa. Exigimos providências urgentes das autoridades responsáveis", relatou Denise.

Diante do cenário, a comunidade divulgou uma nota de repúdio, destacando a situação de abandono e a falta de respostas concretas do Poder Público Municipal às necessidades do território quilombola e de diversos bairros de Petrópolis que também enfrentam problemas de infraestrutura e mobilidade.

Apesar da solução após a cobrança, a comunidade questiona até quando os direitos das crianças continuarão comprometidos. "Não estamos pedindo privilégios. Estamos cobrando direitos, dignidade, respeito e políticas públicas que atendam às necessidades da nossa população. O poder público precisa compreender que o Quilombo da Tapera existe, tem história, tem direitos e merece atenção e respeito", enfatizaram as lideranças.

A reportagem questionou a Prefeitura de Petrópolis e a Secretaria de Educação sobre a situação, mas não obteve retorno até o fechamento desta matéria.